

PARECER Nº 1014/2025

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Processo: 50107/2025**

**Autoria:** Vereador Ranalli

**EMENTA:** "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE REALIZAM EXPOSIÇÃO, HOSPEDAGEM, HIGIENE, ESTÉTICA, MANUTENÇÃO, VENDA OU DOAÇÃO DE ANIMAIS GARANTIREM A SEGURANÇA, A SAÚDE E O BEM-ESTAR DESTES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de projeto que visa obrigar estabelecimentos comerciais que realizam exposição, hospedagem, higiene, estética, manutenção, venda ou doação de animais a garantirem segurança, saúde e bem-estar animal, em consonância com a Resolução nº 1.069/2014 do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

O Vereador informa que a propositura tem o escopo de proteger animais domésticos mantidos em estabelecimentos comerciais, assegurando condições adequadas de manejo e evitando situações de estresse, sofrimento e risco à saúde.

Consta, da justificativa:

*A relação entre seres humanos e animais domésticos tem se tornado cada vez mais estreita. Cães, gatos e outras espécies convivem hoje como membros das famílias cuiabanas, o que impõe ao Poder Público e à sociedade a responsabilidade de garantir-lhes tratamento digno, condições adequadas de manejo e respeito aos seus direitos básicos, especialmente em ambientes comerciais que lucram com sua exposição, guarda ou comércio.*

**II - EXAME DA MATÉRIA**

**1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**

Sem delongas despiciendas revela-se, a despeito da valorosa intenção do Legislador municipal que a propositura incide em **flagrante inconstitucionalidade formal orgânica**, posto que versa sobre matéria que transcende a competência legislativa municipal, em clara afronta ao sistema constitucional de repartição de competências estabelecido nos textos das Constituições Federal e Estadual, além da Lei Orgânica Municipal.

Veja-se o que dispõe o Art. 1º da propositura:



*"Art. 1º Os estabelecimentos comerciais que realizam exposição, hospedagem, higiene, estética, manutenção, venda ou doação de animais ficam obrigados a garantir-lhes segurança, saúde e bem-estar, em consonância com a Resolução nº 1.069, de 27 de outubro de 2014, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), ou com outra que a altere ou substitua."*

Destaca-se que a tentativa de vincular estabelecimentos comerciais a resoluções de conselho profissional federal revela evidente invasão de competência legislativa da União. Antes, porém, de expor a flagrante ingerência proposta, há que se invocar a lógica comum à interpretação do ordenamento jurídico, posto que, **qualquer método hermenêutico dispensado pelo intérprete denuncia inequivocamente a faceta inócua, desnecessária da propositura**, posto que, caso contrário, os conselhos profissionais, agências reguladoras e demais órgãos com atuação normativa federal dependeriam do respaldo legal dos mais de 5500 Municípios que componentes da federação brasileira para produzir seus efeitos espaciais desejados. Tudo isso com nítida mácula da segurança jurídica em seu aspecto objetivo, caso os milhares de municípios não legissem uniformemente sobre a matéria.

Tais circunstâncias indesejáveis são afastadas por **força da descentralização política constitucional que não atribui aos municípios a função de estabelecer normas técnicas sobre exercício profissional de medicina veterinária, requisitos sanitários veterinários específicos ou padrões técnicos de bem-estar animal**, matérias estas que se inserem no âmbito de competência privativa da União para legislar sobre profissões regulamentadas (Art. 22, XVI, CF/88) e de competência concorrente União-Estados para legislar sobre proteção ambiental e fauna (Art. 24, VI CF/88).

O **Art. 24, VI da Constituição Federal** é expresse ao delimitar a competência concorrente para legislar sobre fauna e proteção ao meio ambiente, **nessa hipótese não inclusos os Municípios**:

*"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, **fauna**, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, **proteção do meio ambiente** e controle da poluição;*

Ademais, o **Artigo 22, XVI da Constituição Federal** estabelece competência privativa da União para legislar sobre profissões regulamentadas:

***Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:***

*XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;*

Com base em tal preceito de descentralização política, nota-se que **não há espaço de suplementação pela lei Municipal**, posto que as normas técnicas de medicina veterinária,



os requisitos sanitários específicos para estabelecimentos que lidam com animais e os padrões profissionais de bem-estar animal constituem matéria de competência federal, já regulamentada pela **Lei nº 5.517/1968** (que cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária) e pelas resoluções do CFMV.

**A título enfático, repisa-se que a propositura é materialmente inócua**, posto que a Resolução CFMV nº 1.069/2014 mencionada no Art. 1º **já possui caráter vinculante e cogente em todo o território nacional**, independentemente de qualquer ratificação municipal. O Conselho Federal de Medicina Veterinária, como autarquia federal dotada de poder normativo delegado por lei federal, edita resoluções de aplicabilidade imediata e obrigatória para todos os profissionais e estabelecimentos que exercem atividades veterinárias em território nacional.

Dessa forma, **tentar "obrigar" estabelecimentos a cumprirem resolução que já é obrigatória por força de norma federal** configura não apenas invasão de competência, mas também redundância normativa sem qualquer eficácia jurídica. O Município não tem poder para "tornar obrigatório" aquilo que já o é por força de legislação federal e ato normativo de autarquia federal.

No caso em tela, estabelecer requisitos técnicos de medicina veterinária, padrões sanitários específicos, procedimentos profissionais obrigatórios e vincular estabelecimentos a resoluções de conselhos profissionais federais **transcende manifestamente o interesse local**, adentrando em seara de competência federal já exaustivamente regulamentada.

Por fim, a previsão de multa municipal (Art. 10) para descumprimento de normas técnicas federais já fiscalizadas pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária configura **bis in idem administrativo**, sujeitando os infratores a dupla penalização pela mesma conduta, o que viola os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade administrativa.

Com efeito, considerando o arcabouço de entraves retro explanado, opina-se pela rejeição da matéria, dados os obstáculos insuperáveis para a sua validação.

## **2. REGIMENTALIDADE**

O projeto atende as exigências regimentais.

## **3. REDAÇÃO**

O projeto atende parcialmente as exigências a respeito da redação estabelecidas na Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

## **4. CONCLUSÃO**

Pelos fundamentos expostos, opinamos pela rejeição, salvo melhor juízo, posto que a competência para estabelecer normas técnicas de medicina veterinária, requisitos sanitários específicos e padrões profissionais de bem-estar animal é da União, mediante legislação federal e resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária, as quais já possuem



aplicabilidade direta e caráter vinculante em todo território nacional, tornando a presente proposição não apenas inconstitucional, mas também materialmente inócua.

**5. VOTO:**

**VOTO DO RELATOR: PELA REJEIÇÃO**

Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2025



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360033003700350038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Marcrean Santos (Câmara Digital)** em 14/12/2025 10:55

Checksum: **0140A74ABC19B2F16821B7823F93868A91A024F23E591D556639AC799FD117E1**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360033003700350038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.